



Debate no Senado alerta sobre o crescimento dos crimes cibernéticos

Segundo representante de empresa de segurança de dados ouvido ontem, número de ataques pela internet no país este ano já chega a 100 milhões e pode fechar 2018 com aumento de 30% sobre 2017

Em audiência pública ontem na Comissão de Educação, especialistas pediram uma legislação que caracterize claramente os crimes cibernéticos e a preparação de advogados e juizes para atuar nesses tipos de casos. Eles também destacaram a necessidade de educar o

cidadão para identificar *fake news*. Com a proximidade das eleições, ressaltou o senador Cristovam Buarque, a medida é ainda mais urgente. Segundo o laboratório de segurança de dados da empresa PSafe, 97% dos brasileiros já repassaram notícias falsas sem conferir o conteúdo. **4**

Problemas visual e auditivo de aluno terão prioridade **3**

Projeto cria área de livre comércio no Maranhão **6**

Reunião discute atraso de repasse para Mercosul **2**



Eunício (C) recebe o relatório de Raimundo Carreiro e Vital do Rêgo

TCU entrega relatório sobre contas do governo Temer

O relatório sobre as contas de 2017 do governo do presidente Michel Temer foi entregue ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, pelo presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, e pelo relator, ministro Vital do Rêgo.

Aprovado com ressalvas pelo TCU, o documento apresenta sugestões sobre renúncias fiscais ao governo e servirá como subsídio para o Congresso analisar e votar os dados. Os números passarão pela Comissão Mista de Orçamento antes de seguir para o Plenário. **5**

Aprovados novos embaixadores do Brasil na Espanha e no Equador

O Plenário aprovou ontem a indicação de Pompeu Andreucci para o cargo de embaixador do Brasil na Espanha. Também foi aprovado o nome de João Almino para a embaixada do Brasil no Equador.

Na Comissão de Relações Exteriores, Paulo Estivallet de Mesquita foi aprovado para embaixada da China. Indicação vai agora a Plenário. **7**



Pompeu Andreucci, Fernando Collor e Paulo Mesquita, em sabatina na comissão



Audiência presidida por Airton Sandoval (C) ouve esclarecimentos de Glória Guimarães (2ª à esq.) e Ministério Público

Serpro não vende dados de cidadãos, diz diretora

A diretora-presidente do Serpro, Glória Guimarães, afirmou ontem a senadores que a empresa federal não vende dados pessoais de

cidadãos. Ela participou de audiência pública da Comissão de Transparência destinada a analisar investigação do Ministério Público sobre

denúncias de que o Serpro estaria fornecendo informações a um site. País precisa de leis sobre proteção de dados, defendeu procurador. **4**

Doença pulmonar ilumina de rosa o Congresso **3**

País poderá ter cadastro para incluir idosos **8**

Reportagem da Rádio vai à final de prêmio da CNBB **2**

Vai a Plenário identidade visual única para assistência social

Para facilitar a identificação de serviços prestados pelo Sistema Único de Assistência Social em todo o país, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou projeto que determina a criação de uma

identidade visual única para ações e órgãos ligados à área. O objetivo da marca é orientar a população sobre os serviços.

A proposta segue para o Plenário do Senado. **8**

Para a relatora, Maria do Carmo Alves, a identidade visual deve facilitar o acesso do cidadão a toda rede de serviços



Genaldino Magalhães/Agência Senado

Instaladas comissões para analisar MPs dos caminhoneiros

O Congresso instalou ontem quatro comissões mistas para analisar medidas provisórias. Três delas fazem parte do acordo do governo com os caminhoneiros. A quarta MP cria cargos para o Ministério de Segurança Pública. **2**

Comissão apoia metas para implementar acordo de Paris

Entre as ações previstas na proposta para implementar as metas do Acordo de Paris, está a expansão dos modais de carga ferroviário e hidroviário. O documento foi apresentado à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. **7**

Rocio de Sá/Agência Senado



Senador José Medeiros e deputado José Mentor, respectivamente relator e presidente da comissão da MP 837

Comissões vão analisar MPs dos caminhoneiros

Além das medidas provisórias que cumprem o acordo que pôs fim à greve da categoria, também foi instalada comissão que vai analisar medida que criou cargos para o Ministério da Segurança Pública

FORAM INSTALADAS ONTEM quatro comissões mistas para analisar medidas provisórias. Três MPs são do pacote editado pelo governo para cumprir o acordo com os caminhoneiros que pôs fim à greve em maio. A quarta MP cria cargos em comissão para o Ministério Extraordinário de Segurança Pública.

A MP 836/2018 reduz contribuições sociais (PIS/Cofins) sobre o diesel e zera a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), o que corresponde a R\$ 0,16 da redução do preço do combustível. A MP detalha como será o encontro de contas entre Tesouro e Petrobras para reduzir os preços em mais R\$ 0,30.

A presidência da comissão ficará com o Senado, mas ainda não foi definido um nome. O vice-presidente é o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) e o relator, o deputado Eduardo Cury (PSDB-SP).

Já a MP 837/2018 cria uma indenização temporária para os policiais rodoviários federais que trabalharam durante os repousos para desbloquear as rodovias depois da paralisação dos caminhoneiros.

O deputado José Mentor (PT-SP) é o presidente da comissão que analisa a MP 837. Para a relatoria, foi designado o senador José Medeiros (Pode-MT).

O subsídio de parte dos custos do óleo diesel foi autorizado pela MP 838/2018. A subvenção foi de R\$ 0,07 por litro até 7 de junho e de R\$ 0,30 entre 8 de junho e 31 de dezembro. Cada produtor ou importador receberá o valor com base no volume de diesel vendido às distribuidoras e um preço de referência, que será regulamentado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A medida visa reduzir o preço do combustível na refinaria e no valor final do litro do diesel nos postos. Segundo a MP, o gasto com o subsídio será de R\$ 9,5 bilhões este ano.

Caberá ao Senado a presidência da comissão responsável por analisar a medida. A relatoria é do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Cargos em comissão

A MP 840/2018 cria 164 cargos em comissão do Grupo de Direção e Assessoramento Superiores (DAS) para atender necessidades da área de

segurança pública. Os cargos serão destinados ao Ministério Extraordinário de Segurança Pública, criado em fevereiro pela MP 821/2018, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

São 17 DAS-5, 58 DAS-4, 37 DAS-3, 24 DAS-2 e 28 DAS-1. Cada DAS possui um nível salarial. Esses cargos são de livre nomeação e destinam-se tanto a servidores públicos de carreira (ativos e inativos) como a pessoas sem vínculo com a administração pública federal.

Segundo o governo, a proposta de criação e provimento dos cargos tem um impacto orçamentário de R\$ 14 milhões em 2018, R\$ 19,4 milhões em 2019 e R\$ 19,5 milhões em 2020. A medida provisória determina que o provimento estará condicionado à expressa autorização na Lei Orçamentária Anual (LOA) e à permissão na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O deputado Aluísio Mendes (Pode-MA) foi eleito o presidente da comissão mista que analisará a medida. Ainda não há indicação para relator do Senado.

Rádio Senado é finalista de prêmio da CNBB

A Rádio Senado é finalista do Microfone de Prata, concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), anunciou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. A condecoração tem como objetivo incentivar e apoiar a produção e a qualidade de programas radiofônicos de promoção humana, mesmo que não religiosos.

A reportagem "A Culpa é do Estuprador" — dos jornalistas Rodrigo Resende, Larissa Bortoni, Maurício de Santi — trata da proposta de emenda à Constituição que

torna imprescritível o crime de estupro. Já aprovada pelo Senado, a PEC 64/2016, do senador Jorge Viana (PT-AC) teve Simone Tebet (MDB-MS) como relatora.

Conquistas

A mesma reportagem foi indicada para outros três prêmios nacionais de jornalismo.

— Esta não é a única reportagem da Rádio Senado a ter o devido reconhecimento. Desde 2017, a emissora já conquistou ou foi finalista de nove prêmios nacionais de jornalismo. Sempre com notícias

que ressaltam a importância do Parlamento brasileiro para a sociedade e o valor que tem o regime democrático — disse Eunício.

Também disputam o Microfone de Prata, na categoria de jornalismo, as reportagens "No Rastro da Baleia Azul", de Isabela Senra, e "Um Pé de Coaçu — meu lugar é minha história", de Djane Assunção.

O resultado do prêmio será divulgado em 20 de julho, durante o 6º Encontro Nacional da Pastoral da Comunicação, em Aparecida (SP).

País atrasa repasses ao Mercosul e ministro pode ser convocado

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul decidiu esperar até a próxima semana por um posicionamento do ministro do Planejamento, Esteves Colnago, sobre os repasses atrasados para órgãos do Mercosul.

O presidente da representação, deputado Celso Russomanno, agendou a próxima reunião para a quarta-feira, às 14h. Se até lá o Ministério do Planejamento não apontar uma solução para o impasse, o colegiado vai votar o requerimento de Russomanno que pede a convocação do ministro para prestar informações perante a representação.

De acordo com o deputado, o ministro não respondeu aos pedidos de informação sobre o caso nem se dispôs a receber

membros da representação.

Segundo ele, os repasses e pagamentos do Brasil atrasados já ultrapassam o montante de US\$ 111 milhões.

O acordo para esperar uma semana por ações do ministério foi sugerido pelo deputado federal Heráclito Fortes (DEM-PI) e acatado por Russomanno e outros deputados, como Afonso Hamm (PP-RS), Rosângela Gomes (PRB-RJ) e Jean Wyllys (Psol-RJ).

— O ministro pode até responder por crime de responsabilidade. Não é favor o governo fazer os respectivos repasses. São protocolos internacionais assinados pelo Brasil — disse Russomanno.

O vice-presidente da representação é o senador Roberto Requião (MDB-PR).

Vanessa anuncia audiência sobre IPI para refrigerantes

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) anunciou a realização de audiência na próxima semana para discutir a alteração da incidência do IPI sobre concentrados usados por empresas de refrigerante da Zona Franca de Manaus. Dois projetos de decreto legislativo (PDS 57/2018 e 59/2018) apresentados pela bancada do Amazonas tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para derrubar o decreto do Executivo. A medida, que reduz os créditos tributários das empresas, é considerada inconstitucional por Vanessa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Simone homenageia 103º aniversário de Três Lagoas

Simone Tebet (MDB-MS) homenageou Três Lagoas, cidade sul-mato-grossense com 120 mil habitantes e que amanhã completa 103 anos de fundação.

Ex-prefeita do município por dois mandatos, ela destacou que em Três Lagoas fica evidente a força que o municipalismo tem na resolução dos problemas do país e a percepção de que a superação de uma crise está na união em torno de um ideal.

A senadora destacou que em breve será retomada a obra da fábrica de fertilizantes da cidade, paralisada desde 2014.



Waldemir Boreto/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h50 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CDH Seguridade social desde 1988

9h Audiência interativa para debater a seguridade social nos 30 anos da Constituição.

CRE Embaixadores

9h Sabatina de embaixadores indicados para Argélia e Bélgica.

CPIDOS MAUS-TRATOS Requerimentos

10h Análise de requerimentos.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

11h Sessão sem votações, destinada a discursos e avisos da Mesa.

CDR Cultura do forró

14h Audiência na Assembleia Legislativa de Natal para discutir proposta de salvaguarda à cultura do forró, reconhecendo-a como patrimônio imaterial da cultura brasileira.

CSE Privatização da Eletrobras

16h Audiência interativa para discutir processo de privatização da Eletrobras. Entre os convidados, o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica, Romeu Donizete Rufino.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

Volta à Câmara correção visual e auditiva de aluno

Aprovado em turno suplementar pelo Plenário, projeto relatado por Lídice da Mata prioriza o tratamento de problemas de visão e audição de estudantes em programas de assistência à saúde

O PLENÁRIO APROVOU ontem em turno suplementar projeto que prioriza a identificação e correção de problemas visuais e auditivos em programas de assistência à saúde de alunos, como o Saúde na Escola. A proposta volta à Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei da Câmara 104/2015 foi aprovado pelos senadores na semana passada na forma de um substitutivo da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), que relatou a proposta na Comissão de Educação (CE).

O texto original, do deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), tramitava em conjunto com outras proposições (PLC 214/2015 e PLS 483/2011). Lídice rejeitou os dois projetos, mas fez uma nova redação para o PLC

104/2015, acatando sugestões das demais propostas.

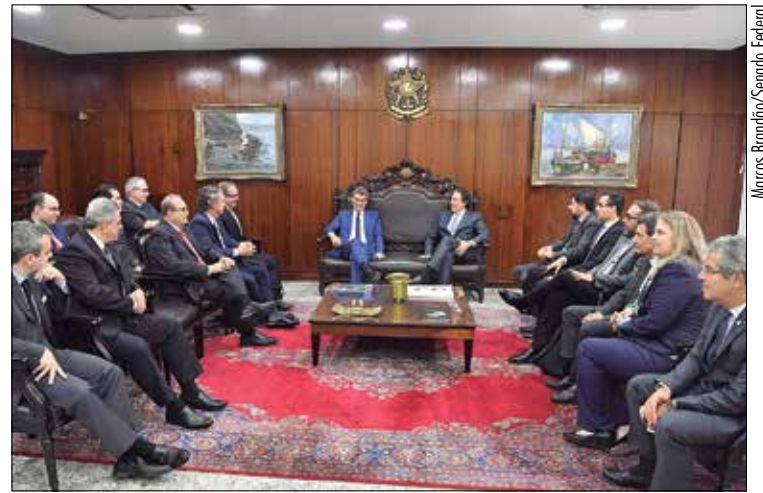
Pelo texto final, os mutirões e programas permanentes devem ser financiados e articulados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em parceria com os governos estaduais e municipais e as redes de educação básica. Após os exames, os alunos que precisarem deverão ser encaminhados para tratamento médico especializado e para receber óculos e aparelhos auditivos.

Resolução

Também foi aprovado ontem um projeto de resolução que consolida mudanças feitas no Regulamento Administrativo do Senado em abril. As alterações visam ao bom funcionamento das unidades,

à economia de recursos e a maior eficiência administrativa. Também têm o objetivo de resolver casos de sobreposição de competências e de redundância de tarefas.

A justificativa do PRS 16/2018 registra que o Senado tem vivenciado ajustes na sua estrutura e operações nesta década, que resultaram, até mesmo, em “prêmios recebidos nacional e internacionalmente de órgãos de controle e de organizações da sociedade civil, bem como os sucessivos e crescentes superávits orçamentários”. Ainda segundo o texto, além de respeitar o teto de gastos instituído pela Emenda Constitucional 95, o Senado tem devolvido anualmente recursos ao Tesouro Nacional.



Jucá e Eunício (ambos ao centro) com representantes de incorporadoras

Setor imobiliário pede aprovação de distrato da compra de imóvel

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, recebeu ontem o senador Romero Jucá (MDB-RR), o presidente da Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias, Luiz Antonio França, e outros representantes do setor imobiliário, que pediram rapidez na votação do projeto da Câmara que define regras para a desistência da compra de imóvel na planta.

Eunício anunciou que enviou o texto (PLC 68/2018) apenas à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes da votação em Plenário, mas ponderou que os senadores vão ouvir todos os setores envolvidos para garantir segurança jurídica e condições

justas para empresários e consumidores.

Segundo França, a maior parte dos distratos tem sido feita por investidores especulativos, o que prejudica o consumidor realmente interessado em morar no imóvel, pois muitas construtoras quebram porque ficam sem dinheiro para cumprir a obra devido à alta desistência sem contrapartida financeira suficiente.

— Se a economia retomar, como a gente espera, e tendo o marco regulatório adequado, não temos dúvida de que o segmento vai voltar a empregar fortemente — acrescentou.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Nova lei incentiva empresa de tecnologia a investir em inovação

Foi publicada na terça-feira, no *Diário Oficial da União*, a Lei 13.674, que autoriza empresas de tecnologia da informação e da comunicação a investirem em atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação como contrapartida para recebimento de isenções tributárias. A lei foi sancionada pelo presidente Michel Temer com uma série de vetos, como o que enquadra entre os gastos passíveis de benefício a modernização de infraestrutura física e de laboratórios nas empresas. O texto é proveniente de uma medida provisória (MP 810/2017), aprovada no Senado no dia 16 de maio, na forma de projeto de lei de conversão (PLV 6/2018).

A proposição amplia de 3 para 48 meses o prazo para as empresas brasileiras de informática, beneficiadas com incentivos fiscais, reinvestirem valores pendentes.

O projeto é fruto do relatório do deputado Thiago Peixoto (PSD-GO), aprovado na Câmara em 8 de maio. Uma das novidades incluídas pelo relator é condicionar a concessão dos benefícios fiscais à comprovação, por parte das empresas, de regularidade das contribuições para a seguridade social.

A MP foi editada com o objetivo de dinamizar e fortalecer as atividades de pesquisa e desenvolvimento no setor de tecnologia da informação e da comunicação. A contrapartida em pesquisa e desenvolvimento já era permitida por lei, e a medida acrescentou a possibilidade da inovação.

Vetos

Foi vetado o enquadramento na contrapartida de gastos com aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios. Pelo texto enviado à sanção, esses gastos poderiam atingir até 20% do total. De acordo com as razões para o veto, esses gastos são “relativos às áreas dedicadas à administração”. Outro veto foi ao acompanhamento das obrigações de que trata a nova lei ser realizado por amostragem ou com o uso de ferramentas automatizadas.

Também foi vetada a necessidade do parecer conclusivo elaborado por auditoria independente a partir do ano-calendário de 2017. De acordo com Temer, será necessário mais tempo ao governo para elaborar as normas e credenciar as auditorias.



Plenário do Senado, na sessão que aprovou projeto sobre prioridade para tratamento visual e auditivo de alunos

Congresso fica rosa para lembrar doença pulmonar

As cúpulas do Congresso ficarão iluminadas de rosa até amanhã para lembrar o mês de conscientização sobre a linfangioleiomiomatose (LAM), doença rara que ataca os pulmões e que, muitas vezes, é confundida com enfisema, asma ou bronquite. A solicitação foi feita pela Associação dos Portadores de Linfangioleiomiomatose do Brasil (Alambra).

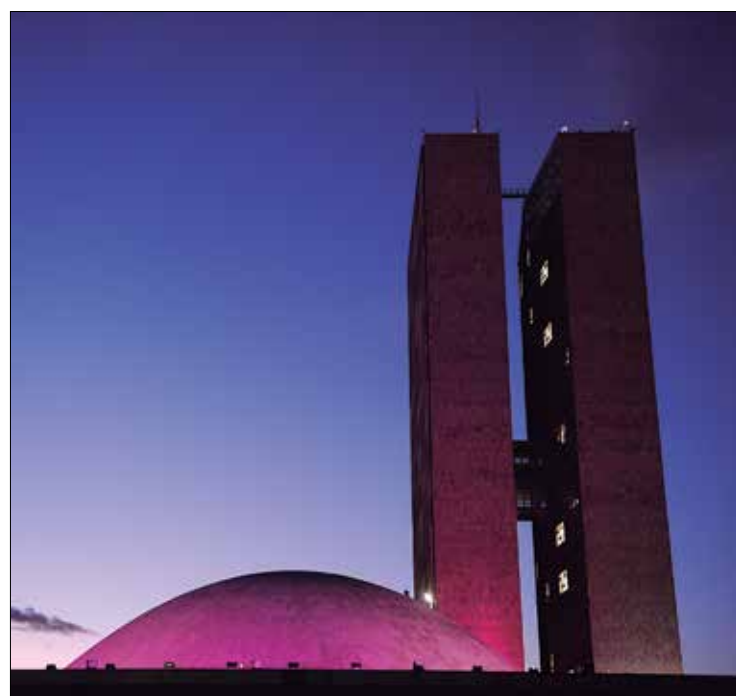
A LAM tem como característica a presença de células musculares atípicas nos pulmões e é considerada uma neoplasia de baixo grau. A evolução da doença é variável. Em alguns pacientes pode permanecer estável, mas, em outros, pode haver a piora dos sintomas e das funções dos pulmões

Os portadores da doença dispõem de uma série de direitos, entre eles o tratamento fora do domicílio, indicado para pacientes que não encontram o tratamento adequado no município ou estado em

que reside. O benefício, instituído pelo Ministério da Saúde, inclui o fornecimento de passagens para o deslocamento e ajuda de custo para alimentação e hospedagem, caso necessário.

Após avaliação médica, os

portadores da LAM devem seguir uma rotina com hábitos saudáveis e praticar exercícios físicos sob orientação médica. Não é recomendada a prática de mergulho e viagens aéreas para regiões de altitude, exceto com autorização médica.



Iluminação especial por doença que ataca os pulmões vai até amanhã

Especialistas defendem ações para combater *fake news* e ciberataques

Entre as sugestões, estão legislação que caracterize crimes cibernéticos e medidas que tornem o cidadão prevenido contra notícias falsas

CERCA DE 100 milhões de ciberataques já ocorreram este ano no Brasil. Até dezembro, a estimativa é de que esse número chegue a 246 milhões, um aumento de 30% em relação a 2017. Além disso, 97% das pessoas repassam notícias falsas sem conferir o conteúdo, segundo o *Relatório da Segurança Digital no Brasil*, do DFNDR Lab, laboratório de segurança de dados ligado à empresa PSafe. As informações são do diretor do laboratório, Emílio Simoni, que participou ontem de audiência pública sobre crimes cibernéticos na Comissão de Educação (CE).

O cibercrime é qualquer atividade ilícita cometida na internet e pode envolver roubo de dados, acesso a informações confidenciais e falsidade ideológica, entre outros.

Para mudar o cenário desfavorável do Brasil nessa área, Simoni sugere a atuação do Legislativo para qualificar de forma mais específica os crimes cibernéticos. Ele defende também a conscientização da população sobre o repasse de informações sem checagem e a adoção de tecnologia de ponta com ferramentas de proteção



Cristovam Buarque (C) ressaltou a necessidade de combater notícias falsas e ataques cibernéticos nas eleições

em tempo real.

Simoni ensinou como identificar as *fake news* (notícias falsas), sobretudo as que buscam aplicar golpes financeiros.

— Essas páginas geralmente são repletas de publicidade, de banners, mal escritas, contêm uma série de erros de português. A gente pode perceber que elas têm um tom alarmista. Falam, por exemplo, “compartilhe agora”, “ajude a divulgar”, “compartilhe com seus amigos”, “você tem que divulgar isso”.

Legislação

O professor de direito e pesquisador de Cultura Digital e Democracia Paulo Rená destacou a necessidade de atualizar juízes e advogados para a aplicação das leis que envolvam crimes cibernéticos

e para as terminologias utilizadas, citando como exemplo o caso da Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737, de 2012).

— A lei não resolve o caso da Carolina Dieckmann, porque no caso dela foi um acesso ao computador e a lei não fala de acesso ao computador, fala de invasão. No direito penal, você tem o princípio da legalidade estrita: se cita invasão e eu acessei, não é invasão e eu não posso ser preso — disse o professor.

A delegada de Repressão aos Crimes Cibernéticos da Polícia Civil do Distrito Federal, Cristiane França, ressaltou que todos estão sujeitos a serem vítimas de crimes cometidos pela internet, ainda que estejam familiarizados com o ambiente virtual.

— Temos muitos casos

de pessoas que chegam na delegacia, que têm conhecimento, utilizam objetos de alta tecnologia e, no entanto, acabam clicando em alguns links suspeitos, simplesmente porque a vida é corrida. Às vezes, de modo açodado e descuidado, elas acertam aqueles links, porque não têm um cuidado especial, não fazem uma análise minimamente crítica — afirmou.

O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) chamou a atenção para o aumento dos ataques cibernéticos durante o período eleitoral.

— No caso do processo eleitoral, nós temos não só na campanha o risco das manipulações, as *fake news*, mas até mesmo suspeitas de que os resultados podem ser manipulados — disse.

Diretora do Serpro nega venda de dados pessoais de brasileiros

A informação de que dados pessoais de brasileiros são vendidos pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) foi negada ontem pela diretora-presidente da empresa, Glória Guimarães, em audiência pública da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC).

A reunião teve o objetivo de esclarecer suspeitas decorrentes de investigação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), segundo as quais o Serpro estaria fornecendo informações ao site Consulta Pública.

A diretora informou que o acesso aos dados processados pelo Serpro — sejam da Receita Federal ou de outros órgãos de governo — é permitido, desde que devidamente autorizado pelo órgão gestor dos dados. Um convênio define as informações a serem cedidas, a forma de acesso e a finalidade de uso dessas informações. O processo é monitorado e controlado por certificação digital e por marca d'água.

Glória admitiu que, por ser uma empresa, o Serpro formaliza contratos de prestação



Glória Guimarães responde a senadores no debate presidido por Sandoval

de serviços. Ela ressaltou que essa conduta é legal, prevista na lei que criou o órgão (Lei 5.615, de 1970).

— Um por cento apenas dos recursos da empresa vem desse tipo de serviço. Os outros 99% vêm de trabalhos para o governo federal, como arrecadação, Imposto de Renda, toda a atividade de importação e exportação, manutenção de CPF, CNPJ. É importante ressaltar que, como empresa, o Serpro tem que se manter — disse.

O promotor de Justiça e coordenador da Comissão de Proteção de Dados Pessoais do MPDFT, Frederico Meinberg Ceroy, destacou que o governo precisa de informações confiáveis e de qualidade para ofere-

cer políticas públicas eficientes. Por isso, ele considera que os dados têm, para a administração pública, o mesmo papel que o sangue desempenha no corpo humano.

— Quando esses dados começam a sair do “corpo do Estado”, há uma “hemorragia” que enfraquece o Estado e a sociedade. Entendo a importância do Serpro, mas precisamos julgar procedimentos e analisar se eles são os mais adequados.

Proteção

Ceroy disse que pediu a suspensão do site Consulta Pública, porque as informações nele oferecidas chamavam a atenção por nunca terem sido vistas em outros portais.

Marta condena preconceito e trabalho infantil

Marta Suplicy (MDB-SP) lembrou a comemoração na terça-feira do Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e destacou que, no mundo, 152 milhões de crianças estão submetidas a essa situação. A senadora condenou a persistência do trabalho infantil e das diversas formas de preconceito, principalmente o racismo e a homofobia. E destacou a necessidade de combater essas práticas desde a escola.

— Que as escolas passem a ter uma atuação mais forte em relação ao diferente, ao respeito pelo outro e ao não ao preconceito.

Requião defende Gleisi de acusação de corrupção

Roberto Requião (MDB-PR) defendeu Gleisi Hoffmann (PT-PR), afirmando que ela tem compromisso com o povo desde o tempo de estudante, “quando se destacou na luta pela redemocratização, por eleições diretas e pela sociedade”.

A senadora será julgada na terça-feira pelo STF, no âmbito da Operação Lava Jato. Para Requião, Gleisi está sendo perseguida, especialmente depois que assumiu a presidência do PT, devido às suas posições em defesa dos trabalhadores, da soberania nacional, do capital produtivo e das mulheres.

Voto pode melhorar o país, diz Valadares

A menos de quatro meses do processo eleitoral, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) manifestou preocupação com a desmotivação dos brasileiros. Segundo a pesquisa espontânea realizada pelo Datafolha, disse o senador, 23% do eleitorado pretende votar em branco, nulo ou em nenhum dos candidatos à Presidência da República anunciados.

— Essa crise de representatividade pode influenciar negativamente no resultado das eleições. A biografia dos candidatos está ao alcance de um toque no celular.

Senado recebe análise de contas do governo

Relatório elaborado pelo TCU apresenta recomendações sobre renúncias fiscais e ressalvas aos números governamentais. Dados devem orientar julgamento do Congresso

POUCAS HORAS DEPOIS de o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovar com ressalvas as contas do governo do presidente Michel Temer referentes a 2017, o presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro, e o relator, ministro Vital do Rêgo, entregaram ontem o relatório e o parecer prévio sobre o processo ao presidente do Senado, Eunício Oliveira.

— Na verdade, 22 ressalvas foram motivadas pela avaliação que o TCU fez na execução orçamentária, 8 delas na execução orçamentária e 14 no Balanço Geral da União. Essas ressalvas são transformadas em recomendações — explicou Vital da Rêgo, afirmando ainda que as ressalvas “não maculam o juízo de valor sobre as contas propriamente ditas”.

O relator também disse que



Carreiro, Eunício e Vital: relatório sobre as contas do governo Temer vai subsidiar análise dos parlamentares

as renúncias fiscais foram um dos temas centrais durante o exame das contas do Executivo no Plenário do TCU. Ele

alertou para o fato de que o aumento do benefício poderia afetar o equilíbrio das contas públicas. De acordo

com o ministro, as renúncias fiscais entre 2003 e 2008 correspondiam a 3,4% do produto interno bruto (PIB) e hoje

estão no patamar de 5,4%.

— Se você transpuser essa renúncia do ano de 2017 para o ano de 2008, você economizaria recursos para, por exemplo, mitigar em 50% o déficit da Previdência ou para pagar todo o déficit público que nós tivemos no ano de 2016 — disse Vital.

O relator ressaltou que 84% das renúncias têm prazo indeterminado e, em 44% delas, não se sabe quem é o gestor.

A análise elaborada pelo TCU vai subsidiar com elementos técnicos o trabalho de senadores e deputados para que o Poder Legislativo faça o julgamento definitivo das contas, que serão analisadas primeiramente na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e depois em Plenário.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Leitura do relatório preliminar da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2019 é adiada

A leitura do relatório preliminar do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 ficou para terça-feira. Embora prevista para ontem, a realização de sessão deliberativa do Senado no mesmo horário terminou causando a ausência dos senadores na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

O presidente da CMO, deputado Mário Negromonte Jr. (PP-BA) explicou que optou por manter a sessão

suspensa, de maneira a preservar o quórum da terça-feira e reabri-la na próxima semana.

— Dessa maneira, há mais tempo para a oposição e todas as bancadas dialogarem com o governo para buscar um entendimento — afirmou.

A oposição protestou contra os cortes de programas das áreas de saúde e educação previstos no projeto da LDO apresentado pelo governo. Além

disso, para subsidiar o recém-criado Ministério Extraordinário da Segurança Pública, parte da verba das loterias que era destinada aos projetos de esportes foi desviada para a segurança com a edição da MP 841/2018.

Como 44% do Orçamento será destinado à dívida pública, e a Emenda Constitucional 95 limitou o teto de gastos públicos, as verbas restantes passaram a ser muito disputadas.

Oficialmente, somente depois da leitura do relatório preliminar do relator da LDO, senador Dalírio Beber (PSDB-SC), estarão abertos os prazos para que as emendas sejam apresentadas.

Entretanto, para ganhar tempo, as comissões temáticas do Senado e da Câmara já começaram a instruir senadores e deputados a apresentar suas primeiras emendas.

Ana Amélia lista avanços e retrocessos desde manifestações de junho de 2013

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que o país experimentou avanços e retrocessos depois das manifestações



voto nas eleições deste ano. Como avanço, Ana Amélia destacou a prisão de dois ex-presidentes da Câmara e de empresários envolvidos em escândalos de corrupção.

A senadora também citou projetos aprovados pelo Congresso, como o que responsabiliza e multa empresas por corrupção.

de 2013 pelo fim da corrupção, pela reforma política, pela responsabilidade nos gastos públicos e por melhorias em mobilidade urbana.

Para ela, um retrocesso foi a decisão do STF de barrar a impressão do

Humberto Costa culpa Michel Temer por levar o Brasil para um colapso

Humberto Costa (PT-PE) acusou o presidente Michel Temer de estar conduzindo o Brasil para um colapso.

Segundo o senador, Temer é o presidente mais impopular da história do país.

— O legado deste governo é a destruição de direitos trabalhistas e de programas sociais



como o Minha Casa, Minha Vida e o Farmácia Popular.

Humberto destacou que, de acordo com pesquisa divulgada pelo jornal *Diário de Pernambuco*, 60% dos eleitores do estado querem votar em Lula para a Presidência da República, contra 11% no candidato que está em segundo lugar.

Para Medeiros, crise foi iniciada em governo do Partido dos Trabalhadores

José Medeiros (Pode-MT) criticou o discurso da oposição que, segundo o senador, diz que o Brasil ia bem até que uma conspiração promoveu o impeachment de Dilma Rousseff para “tirar a felicidade do país”. Ele ressaltou a crise política e econômica iniciada nos governos do Partido dos Trabalhadores e afirmou que o governo do presidente

Michel Temer representa a continuidade constitucional da gestão anterior.

Medeiros lembrou que o Congresso cumpriu a lei no processo do impeachment e atendeu os anseios do povo. O senador atribuiu a queda de Dilma a uma “briga por espaços” no PT, quando os apoiadores de Lula foram afastados por não servirem ao projeto “bolivariano” de Dilma.

Lasier comemora PIS/Pasep liberado para cotistas de todas as idades

Lasier Martins (PSD-RS) comemorou a permissão para que cotistas de todas as idades saquem seu saldo do PIS/Pasep.



ários é de mais de 26 milhões de brasileiros, segundo Lasier. A medida também deverá injetar mais de R\$ 37 bilhões na economia segundo cálculo do senador.

— Esses recursos não são do Tesouro, da Caixa, do Banco do Brasil. Quem tem direito são trabalhadores, grande parte pessoas idosas.

A lei que estendeu os saques para os cotistas de todas as idades que trabalharam entre 1971 e 1988 foi sancionada ontem pelo presidente Michel Temer. O público potencial de benefici-

Paulo Paim pede solidariedade a vítimas de tornado no Rio Grande do Sul

Paulo Paim (PT-RS) registrou a passagem de um temporal com fortes ventos no Rio Grande do Sul na madrugada de terça-feira.

O senador relatou que ao menos 24 cidades foram atingidas, dezenas de casas foram destelhadas e as chuvas ainda provocaram alagamentos. Duas pessoas morreram e cerca de três mil casas foram danifi-

cadas. De acordo com o boletim da Defesa Civil do estado, as principais ocorrências foram quedas de árvores e postes, falta de energia elétrica e casas derrubadas.

— É muito importante a solidariedade de todos, através de doações de roupas, calçados, colchões, produtos de higiene pessoal, de alimentos não perecíveis e de água potável.

Anastasia acusa governo mineiro de não transferir recursos a municípios

Antonio Anastasia (PSDB-MG) acusou o governo de Minas Gerais de não transferir nos prazos legais parte de recursos do ICMS e do IPVA para municípios mineiros e disse que o débito na área de saúde com os municípios já atinge R\$ 4 bilhões. Anastasia também ressaltou a importância da realização, na próxima



semana, do Congresso Mineiro dos Municípios, ao qual pretende comparecer.

— Será boa oportunidade para discutirmos, de modo claro, com planejamento, quais medidas devem, a curto, médio e longo prazos, ser adotadas de forma a revertermos este quadro que ora impera no estado.

Maranhão poderá ter área de livre comércio

Projeto aprovado na Comissão de Constituição e Justiça prevê que empresas instaladas na Zona de Processamento de Exportações na Ilha de São Luís terão isenção de impostos

A CRIAÇÃO DE uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no Maranhão ganhou força ontem, com a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de projeto que estabelece uma área de livre comércio com o exterior na Ilha de Upaon-Açu, onde está localizada São Luís e cidades da zona metropolitana, como São José de Ribamar. O texto segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo PLS 319/2015, de Roberto Rocha (PSDB-MA), as empresas que se instalarem na Zona de Exportação do Maranhão (Zema) terão isenção de impostos e contribuições incidentes sobre a importação ou sobre aquisições no mercado interno de insumos para que possam produzir mercadorias ou prestar serviços destinados à exportação.

Somente as empresas enquadradas na seção “indústrias de transformação” da Classificação Nacional de Atividades Econômicas

(CNAE) poderão usufruir dos incentivos fiscais aplicáveis à Zema.

Roberto Rocha observou que a Ilha de Upaon-Açu, também conhecida como Ilha de São Luís, apresenta características geográficas que a habilitam a constituir uma área de livre comércio, especialmente pelas condições logísticas que favorecem a entrada de insumos e o escoamento da produção

para o exterior. Segundo ele, o projeto vai ajudar a desenvolver o Maranhão e melhorar a vida da população.

Zona Franca

A proposta original propõe a criação de uma Zona Franca, mas o relator, Edison Lobão (PMDB-MA), apresentou texto alternativo para transformá-la em uma ZPE, voltada exclusivamente para o mercado

externo, aproveitando o potencial do Porto de Itaqui. Assim, afirma o relator, evita-se a competição indevida no mercado interno com a Zona Franca de Manaus.

“Com a aprovação da proposição, o Maranhão, de modo geral, terá condições de se desenvolver e de melhorar as condições de vida de sua população. É inimaginável que alguém deixe de defender a

concessão de benefício fiscal para instalação de empreendimentos em região que recebe tão poucos investimentos, embora com potencial significativo de se tornar porta de entrada e de saída de produtos industrializados”, defende Lobão.

Benefícios

As empresas que se instalam em ZPEs têm acesso a tratamentos tributários, cambiais e administrativos especiais. Assim, a Zema deverá ter, por exemplo, condições menos burocráticas relativas ao controle aduaneiro e dispensa da exigência de percentual mínimo de receita bruta relacionada à exportação de bens e serviços.

Durante a reunião, Lobão acatou duas sugestões de Eduardo Braga (MDB-AM) e retirou do texto a criação de regime cambial diferenciado na ZPE maranhense e a possibilidade de transferência para o local de plantas industriais instaladas em outras regiões.



O relator do Projeto, Edison Lobão, defende a ZPE para aumentar as condições de desenvolvimento do Maranhão

Senadores vão checar condições da prisão onde está Lula

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem requerimento para que um grupo de senadores viaje a Curitiba a fim de verificar as condições em que se encontra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Superintendência da Polícia Federal.

A diligência, que ainda será agendada, não terá custo para o Senado. Cada senador deverá arcar com as despesas da visita, conforme ressaltou senador Jorge Viana (PT-AC), autor do requerimento aprovado.

O Regimento Interno do Senado prevê, entre as competências das comissões, a realização de ações dessa natureza.

— Vamos verificar as condições de Lula e dos demais presos naquele local — justificou Viana.

Audiência vai debater benefício para matéria-prima de refrigerante

O decreto presidencial que altera a Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre concentrados usados por empresas de refrigerante instaladas na Zona Franca de Manaus gerou polêmica na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Dois projetos de decreto legislativo (PDS 57/2018 e PDS 59/2018) apresentados pela bancada do Amazonas buscam derrubar a decisão do Executivo.

As propostas não estavam na pauta de ontem, mas foram incluídas depois de muita insistência dos parlamentares que são contra a decisão do governo federal de reduzir o incentivo dado no IPI. O relator dos projetos, Roberto Rocha (PSDB-MA), votou a favor de sustar os efeitos do decreto presidencial. Após a leitura de seu relatório, foi concedida vista coletiva e aprovado um

requerimento para realização de audiência pública na terça-feira. O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, será um dos convidados.

Prejuízo

De acordo com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o decreto de Temer fez parte de um conjunto de medidas para que a nação brasileira subvencione empresas importadoras de diesel e acionistas da Petrobras, após a redução dos R\$ 0,46 no óleo diesel. Segundo a senadora, a indústria de concentrados de refrigerante em Manaus gera empregos e responde por parte significativa do faturamento do polo industrial.

— Não satisfeito em atacar a maior parte da população, que precisa dos recursos do Estado para educação, saúde e segurança, ele mira os incentivos fiscais para engordar seu

caixa e repassar recursos para as petroleiras. E agora mira nos mais pobres, na Região Norte.

Para Eduardo Braga (MDB-AM) e Omar Aziz (PSD-AM), trata-se de um decreto inconstitucional, uma vez que fere a proteção concedida pela Constituição Federal à Zona Franca de Manaus.

— O instrumento legal previsto quando há um decreto irregular editado por parte do Poder Executivo é um decreto legislativo para revogá-lo — argumentou Braga.

Receita Federal

Inicialmente, Humberto Costa (PT-PE) e Gleisi Hoffmann (PT-PR) foram contra a inclusão extrapauta dos projetos. Eles alegaram que não são contra o Pólo Industrial de Manaus, mas lembraram que há interesses de outros estados envolvidos, onde também há pequenas empresas de refri-

gerantes instaladas.

— Temos informação de que a Receita Federal questiona a produção do concentrado no Amazonas, o que em tese representaria política de planejamento tributária abusiva, o que é contestado pela Coca-Cola e Ambev. Por ser um tema tão complexo, sugiro debate sobre a questão — afirmou Humberto.

Gleisi chamou atenção para a realidade diferente vivida por outros estados:

— O Paraná tem indústrias pequenas e sofre com o tratamento tributário dado a grandes indústrias no estado do Amazonas. Temos que ter cautela e devemos discutir isso na perspectiva nacional.

Ana Amélia (PP-RS) também defendeu mais debate.

— Numa casa democrática, a audiência é o momento mais adequado para tirarmos todas as dúvidas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Espanha e Equador têm novos embaixadores

Pompeu Andreucci disse que vai intensificar as negociações para exportação da carne brasileira para a Espanha. Já João Almino pretende aumentar o comércio entre Brasil e Equador

O PLENÁRIO APROVOU ontem a indicação de Pompeu Andreucci Neto para o cargo de embaixador do Brasil na Espanha, cumulativamente com o Principado de Andorra. Também foi aprovado o nome de João Almino de Souza Filho para a embaixada no Equador.

Desde 2016, Andreucci é chefe do cerimonial da Presidência da República. Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE) na manhã de ontem, ele informou que a Espanha é o segundo maior investidor externo na economia brasileira, com um estoque que já se aproxima de US\$ 70 bilhões.

Segundo ele, as empresas

espanholas já respondem por mais de 100 mil postos de trabalho diretos e indiretos no Brasil. Andreucci destacou ainda que o fluxo bilateral já chega a US\$ 7 bilhões anuais, apresentando superavit para o Brasil de US\$ 1,96 bilhão, segundo dados de 2017.

Sobre o atual momento político por que passa a Espanha, com a ascensão do socialista Pedro Sanchez ao posto de primeiro-ministro e o fortalecimento do movimento independentista na Catalunha, Andreucci disse que mesmo que o novo primeiro-ministro adote uma política econômica mais intervencionista, não



Andreucci, ao lado do presidente da CRE, Fernando Collor: Itamaraty não apoia independência da Catalunha

deverá se afastar dos cânones europeus relacionados à responsabilidade fiscal.

— Sobre a Catalunha, nossa posição é de que deve ser respeitada a Constituição da Espanha, que os diálogos se deem nessa base, voltada para

a preservação da unidade.

Andreucci garantiu que entre suas prioridades está aprofundar as negociações sobre exportação de carnes brasileiras. O desafio, segundo ele, passa pela adoção, pelos europeus, de protocolos científicos internacionais, pois há a compreensão por parte do Itamaraty de que o que realmente está em jogo é a disputa de mercado.

Em Plenário, Andreucci recebeu 42 votos favoráveis, um contrário e uma abstenção.

Equador

Já Almino é diretor da Agência Brasileira de Cooperação desde 2015. Sua indicação teve 46 votos favoráveis, 4 contrários e uma abstenção.

Em sabatina na CRE no início do mês, ele explicou que o governo equadoriano tem

adotado um distanciamento tênue em relação à Aliança Bolivariana das Américas (Alba) e à Venezuela, sem, no entanto, romper politicamente. Ele disse que o Equador defende a realização de consulta popular na Venezuela sobre a reeleição do presidente Nicolás Maduro.

Sobre as relações econômicas, Almino afirmou que irá se esforçar para que o Brasil possa importar mais produtos de empresas equatorianas. Hoje, mais de 70% do fluxo comercial é marcado pela exportação brasileira. Em 2017, as trocas comerciais entre os dois países apresentaram superavit de US\$ 705 milhões para o Brasil, do total de US\$ 968 milhões. O Brasil é o quinto país que mais exporta para o Equador e o 19º destino das exportações equatorianas.

Chineses nunca foram tão livres, aponta diplomata

A CRE também aprovou um novo titular para chefiar a embaixada brasileira na China, cumulativamente com a Mongólia. A indicação do diplomata segue agora para o Plenário.

Na sabatina, Paulo Estivallet de Mesquita afirmou que, a despeito de a China estar distante de cumprir, sob um ponto de vista ocidental, toda a pauta dos direitos humanos, a população nunca gozou de tanta liberdade individual quanto nos dias de hoje.

— Não podemos desconsiderar que o sistema chinês evoluiu, tem demonstrado uma capacidade de readaptação ao longo das décadas. Hoje um cidadão chinês típico possui um nível de liberdade individual que jamais teve em toda sua milenar história. Some-se a isso o crescimento: a China

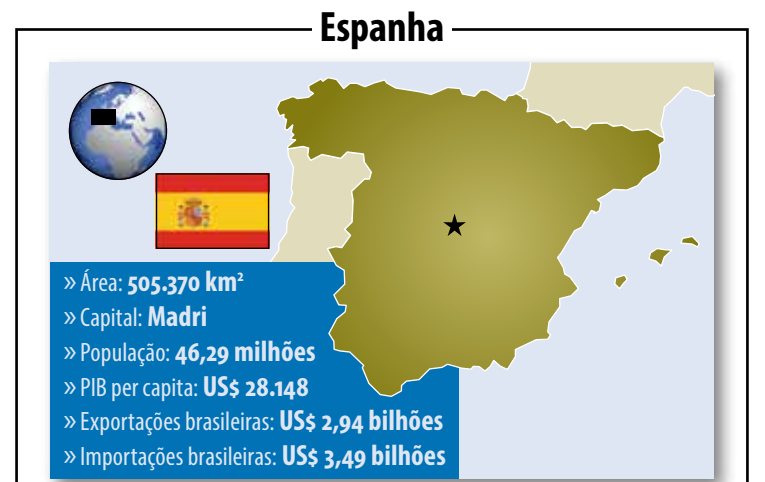
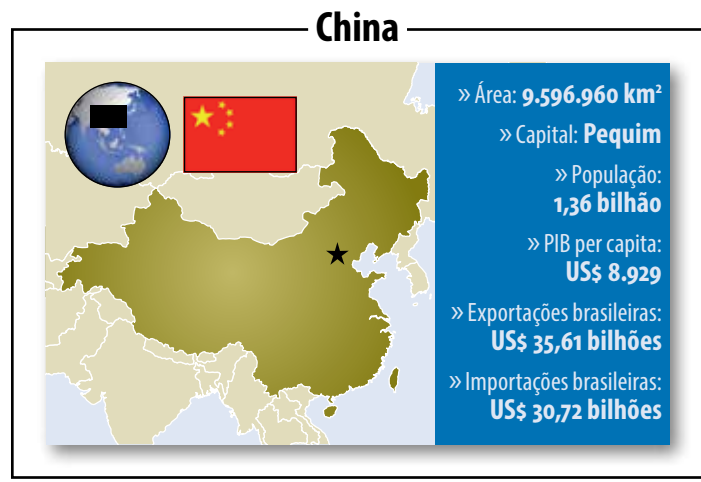
crece o equivalente a um Brasil por ano — apontou.

Mesquita ressaltou que é o maior progresso já registrado pelo país. Há 40 anos o PIB cresce a uma média de 10% por ano, e a China deverá superar os Estados Unidos em menos de uma década.

— A China é hoje o maior exportador mundial de mercadorias, e o segundo importador — afirmou.



China cresce “um Brasil por ano”, afirma embaixador



Fonte: CIA World Factbook e investexportbrasil.gov.br

Mudança nos transportes está entre ações do Acordo de Paris

A eletrificação de transporte de passageiros e de carga e a expansão dos modais de carga ferroviário e hidroviário estão entre as ações previstas na proposta inicial para implementar as metas assumidas pelo Brasil no Acordo de Paris contra o aquecimento global. Ampliar pagamentos por serviços ambientais, expandir o plantio de florestas comerciais e oferecer benefícios fiscais a municípios que reduzam o desmatamento estão também na lista.

O documento foi apresentado ontem pelo coordenador-executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Alfredo Sirkis, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças

Climáticas (CMMC). Sirkis elogiou o consenso entre especialistas no texto, que será debatido com a Presidência da República e encaminhado aos candidatos a presidente.

— O primado absoluto do transporte movido a combustível fóssil é um problema material e de segurança climática. No bioquerosene de aviação, o Brasil tem potencial, praticamente único, de produção a partir da macaúba — afirmou.

O Brasil se comprometeu a reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 37%, até 2025, em relação aos níveis de 2005 — e em 43% em 2030. Para isso, o país estima o aumento da participação de bioenergia

sustentável na matriz energética para 18%, e das energias renováveis como um todo para 45%, até 2030. Também pretende restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares.

Representante do Observa-

tório do Clima, Claudio Angelo questionou a implementação dos objetivos, tendo em vista que, segundo ele, o Congresso tem promovido um desmonte dos mecanismos que permitiriam ao país cumprir qualquer

meta ambiental.

O representante do Ministério das Relações Exteriores, Marcondes de Carvalho, destacou a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP-24), em dezembro, na Polônia, que vai debater avanços na regulamentação do Acordo de Paris. Assessora técnica do Ministério do Meio Ambiente, Alexandra Maciel disse que as metas globais de redução do aquecimento serão revistas a cada cinco anos pelos países signatários do acordo.

Relator da CMMC, o senador Jorge Viana (PT-AC) disse que projeto de sua autoria pretende transformar em lei as metas assumidas pelo Brasil em Paris.



Jorge Viana (2º à dir.) é relator da Comissão de Mudanças Climáticas

Ações de assistência social do governo poderão ter identidade visual única

Projeto, que segue ao Plenário, determina a criação de marca para serviços prestados em todo o país. Objetivo é facilitar identificação

PROPOSTA QUE DETERMINA a elaboração de uma identidade visual específica para todas as ações vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social (Suas) foi aprovada ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O texto segue para o Plenário.

Na prática, o projeto cria uma marca que vai identificar os serviços prestados pelo sistema e orientar a população. De acordo com o PLC 112/2014, a padronização e a divulgação da identidade visual do Suas deverá prevalecer em unidades públicas estatais, entidades e organizações de assistência social, serviços, programas, projetos e benefícios vinculados ao sistema.

Coordenado pelo Ministério

do Desenvolvimento Social, o Suas foi criado por resolução em 2005 e consolidado com a aprovação da Lei 12.435, de 2011. É responsabilidade do Suas a proteção social básica e a proteção social especial para a população em situação de vulnerabilidade.

Atendimento

Na proteção social básica, famílias carentes recebem atendimento integral e há serviços de convivência para jovens e idosos. Já o serviço especial é direcionado aos que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas, entre outros casos.

O sistema gerencia bene-

fícios assistenciais como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Para os autores, deputados Antonio Brito (PSD-BA) e Benedita da Silva (PT-RJ), a identidade visual única facilitará a internalização da marca do Suas por toda a população, contribuindo para a percepção da solidez do sistema, presente em todo o território nacional.

A relatora, senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), afirmou que a elaboração de uma identidade visual para o Suas facilitará o acesso do cidadão a toda a rede de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

— Não importa onde o usuário esteja, ele reconhecerá a

marca da assistência social nas entidades e organizações integrantes do sistema e saberá que ali poderá contar com o atendimento que precisa — afirmou.

As senadoras Ana Amélia (PP-RS) e Marta Suplicy (MDB-SP) disseram que, apesar de parecer simples, a proposta terá impacto importante por direcionar e orientar o usuário, que muitas vezes nem sabe estar recebendo um atendimento vinculado ao Suas.

— O Suas presta um serviço de qualidade e importante e a pessoa que está recebendo não sabe definir quem está prestando, porque não tem a marca — disse Waldemir Moka (MDB-MS).

Ângela lamenta assassinatos de negros e mulheres

Ao analisar os dados do *Atlas da Violência 2018*,

Ângela Portela (PDT-RR) lamentou que os índices de violência sejam maiores entre jovens, negros e mulheres.

Em 2016, o homicídio foi a causa de 56% das mortes de jovens com idade entre 15 e 19 anos. Já em relação à população negra, o estudo indica que 71,5% das pessoas assassinadas no Brasil eram pretas ou pardas.

— No tocante aos homicídios de mulheres, tenho o dever de destacar a triste situação de Roraima, campeão nacional de mortes de pessoas do sexo feminino.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Regina critica esterilização de moradora de rua

Regina Sousa (PT-PI) atacou a decisão judicial que obrigou a esterilização de uma mulher, segundo ela, “na marra”, sem consentimento, por ser moradora de rua. A senadora citou artigo de opinião que salienta a ilegalidade, diante da Constituição, da interferência coercitiva do Estado na decisão sobre paternidade.

— Esterilizar uma mulher na marra equivale a um estupro. E partindo de setores que tinham que proteger essa mulher.

Regina associou a ocorrência às estatísticas do *Atlas da Violência*, que registram elevados índices de estupros e homicídios de mulheres.

Malta destaca reunião de líderes internacionais

O encontro entre o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o líder norte-coreano, Kim Jong-un, em Singapura, deve ser considerado como bem-sucedido, segundo Magno Malta (PR-ES).

— Especialmente por se tratar de uma reunião entre dois líderes que, há quatro meses, trocavam ameaças entre si — disse o senador.

Malta cobrou da esquerda brasileira alguma manifestação sobre o encontro. Ele disse que um dos responsáveis pelo sucesso da reunião foi Trump, que é “demonizado pela esquerda”.



Moacir Mantz/Agência Senado



Marta (D) comanda a votação do projeto que prevê a criação de identidade única em todo o país para ações do Sistema Único de Assistência Social

Avança criação de um cadastro nacional para inclusão de idosos

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o projeto que cria o Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa Idosa, um banco de dados informatizado que reunirá informações de todas as políticas públicas voltadas aos idosos e informações relativas a essa população coletadas em censos. O texto (PLC 170/2017) segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

De autoria da deputada Leandre (PV-PR), o projeto acrescenta dispositivos ao Estatuto do Idoso (Lei 10.741, de 2003) para permitir a coleta e a sistematização de informações que permitam a identificação e a caracterização socioeconômica desse público.

O objetivo, segundo a autora, é mapear o número de idosos e registrar dados que auxiliem o Estado a cumprir o que determina a Constituição, ampliando o conhecimento sobre como vive essa população para assegurar os direitos necessários a uma vida digna.

O cadastro será administrado pelo governo federal e

os dados poderão ser usados para formular, gerir, monitorar e avaliar políticas públicas, além de identificar dificuldades e violações de direitos. Também serão reunidos dados sobre as instituições de longa permanência para idosos (asilos) no país.

Relator do projeto na comissão, Paulo Paim (PT-RS) disse que o cadastro pode contribuir para melhorar as condições de vida dos idosos.

Audiências públicas

A comissão aprovou ainda requerimentos para audiências públicas. Serão debatidos o serviço estatal e o transporte público no Brasil, a paralisação da demarcação de terras indígenas em Tocantins e o *Atlas da Violência de 2018*. As datas serão definidas.

Foi concedida vista coletiva a projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) que equipara os bolsistas das escolas beneficentes de assistência social aos estudantes das escolas públicas na reserva de vagas para ingresso nas universidades e escolas técnicas federais (PLS 197/2018).

Rejeitada sugestão popular para acabar com a Lei Rouanet

Uma sugestão popular que pedia o fim da Lei Rouanet (Lei 8.313, de 1991) foi rejeitada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A sugestão (SUG 49/2017) do cidadão Marcelo Faria alcançou mais de 35 mil apoios no Portal do Senado em apenas dois dias, 15 mil além do mínimo exigido para que a ideia fosse avaliada pelos senadores.

A relatora, Marta Suplicy (MDB-SP), disse que especialistas avaliam que o Brasil precisa de uma nova legislação de fomento à cultura. Ela registrou, porém, que em mais de 20 anos de vigência, a Lei Rouanet fez uma grande revolução na produção cultural do país. Profissionais do setor concordam que a indústria brasileira de cultura hoje é incomparável com a que existia antes da edição da lei.

Ex-ministra da Cultura, Marta informou que tramita no Senado um projeto que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (Procultura), que irá substituir a Lei Rouanet. O PLC 93/2014 está em análise

na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Em vez de extinguir a lei vigente, cabe aos senadores e senadoras apreciar a proposta aprovada pela Câmara dos Deputados — disse Marta.

A presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), também admitiu que a legislação precisa ser modernizada. Ela manifestou apoio ao novo projeto e reclamou do “processo legislativo lento”, pois o texto veio da Câmara em 2014.

A Lei Rouanet instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, que estabelece políticas públicas para a cultura nacional, como a que possibilita a empresas e cidadãos aplicar em ações culturais uma parte do Imposto de Renda devido.

Presos no Paraná

Regina Sousa colocou à disposição dos senadores um relatório sobre a situação dos presos em Palotina, no Paraná. O documento foi remetido à CDH pela juíza Maria Teresa Tomás e relata as condições dos presos na delegacia local, inclusive com depoimentos dos próprios detentos.